

# POLÍTICA



MACÁRIO BATISTA

POLÍTICA

## Todo dia uma vergonha nova

Isso está na imprensa europeia e mata a gente de vergonha. "Líder do Governo brasileiro no Senado é acusado de corrupção. A Polícia Federal do Brasil apresentou uma acusação por suposta corrupção contra o senador Fernando Bezerra Coelho, líder do Governo de Jair Bolsonaro na Câmara Alta, e contra o seu filho, o deputado Fernando Bezerra Filho. Ambos são do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e integram a base de apoio do Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, mas a denúncia refere-se a eventos ocorridos há cerca de oito anos, quando o senador Bezerra ocupava o cargo de ministro da Integração no Governo de Dilma Rousseff. Segundo a Polícia Federal, está "comprovado" que, nesse período, e com o filho como cúmplice, Bezerra recebeu subornos no valor de 10 milhões de reais (1,63 milhões de euros, no câmbio atual) de empresas pelas quais intercedeu para a adjudicação de contratos de obras públicas. Entre as empresas supostamente favorecidas por Bezerra estão as construtoras OAS e Mendes Júnior, que, na ocasião, também estavam envolvidas nos escândalos de corrupção da estatal Petrobras, que eclodiram durante a gestão de Dilma Rousseff, destituída do cargo de Presidente do Brasil em 2016 por irregularidades fiscais. Segundo informou a Polícia Federal, as acusações foram apresentadas ao Ministério Público, que, por envolverem dois parlamentares, deve estudar se o caso será levado ao Supremo Tribunal Federal, a fim de que seja decidido sobre um possível juízo penal. O Governo de Bolsonaro ainda não se pronunciou sobre o assunto, mas fontes parlamentares consultadas pela agência espanhola Efe disseram que já começou a estudar a possibilidade de destituir Bezerra do cargo de líder do executivo no Senado, câmara em que o parlamentar não é visto desde a semana passada. O senador explicou-se através de seus advogados, que desqualificaram as acusações e afirmaram que "são uma nova tentativa de criminalizar a política e, como tantas outras, será devidamente arquivada" pela Justiça".

**Frase: "Essa CPI precisa ouvir cientistas que são a favor e também os que são contra a ciência." Dizem que essa pérola é do nosso Girãozinho, sobre a CPI da Pandemia.**

FOTO DIVULGAÇÃO



**Dinheiro novo.** O Ministério da Saúde mandou R\$480 mil reais para que o Hospital e Maternidade Regional São Francisco, de Canindé, instalasse 10 novos leitos de UTI. E mais R\$250 mil para a instalação de cinco novos leitos de UTI na Hospital Waldemar de Alcântara, em Fortaleza.

### Saneamento

A coordenadora de saneamento básico da Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce) inicia mais um ciclo de fiscalizações nos sistemas de abastecimento de água dos municípios cearenses. Por todo o mês de junho.

### Aqui e acolá

Pelo cronograma, serão fiscalizados os sistemas de abastecimento de água dos municípios de Ereré, Fortim (e localidades de Barra, Campestre, Jardim, Mació e Viçosa), Iracema (e localidade de Ema) e Itaiçaba (e localidade Tomé Afonso).

### Braços operários

O deputado estadual Heitor Ferrer (SD), em requerimento, solicita urgência na vacinação contra o coronavírus dos estudantes de Medicina

prestes a entrar no Internato, oriundos das universidades públicas e privadas no Ceará.

### Se for seu caso...

A Cegás prorrogou para 180 dias, o prazo de Adesão ao programa de crédito de R\$ 1.500 para os proprietários de veículos que se cadastrarem para a instalação do Kit GNV, de 5ª geração, ou superior, com cilindros novos, certificados do Inmetro.

### Bonitão anda zangado

"Então o senhor não é ministro da Saúde", foi o que disse o senador Tasso Jereissati pro Ministro da Saúde, sobre a posição dele de que não é sua função ser juiz do presidente, né julgar seus atos. O Belos Olhos tem gostado do nome na pista.

Mais informações de Macário Batista:  
e-mail: macariobatista@uol.com.br

macariobatista.blogspot.com

# CPI da Covid-19 quebra sigilo de Pazuello, Araújo e Mayra

Os senadores também suspenderam o sigilo do assessor internacional da Presidência da República Filipe Martins e do empresário Carlos Wizard

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 aprovou nesta quinta-feira (10) a quebra dos sigilos telefônico e telemático dos ex-ministros Eduardo Pazuello (Saúde) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores). Também são alvos da transferência de dados a secretária do Ministério da Saúde Mayra Pinheiro, o assessor internacional da Presidência da República, Filipe Martins, o empresário Carlos Wizard e o virologista Paolo Zanotto. Os dois últimos são apontados como integrantes de um "gabinete paralelo" que orientava o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no enfrentamento à pandemia.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) é o autor de 21 dos 23 requerimentos aprovados. Para ele, Eduardo Pazuello "é personagem essencial" na investigação, por ter recorrido a "indefeáveis excusas" para não comprar vacinas. Ainda segundo o autor do requerimento, o ex-ministro "não enviou os esforços necessários para conter o colapso da saúde" em Manaus em janeiro deste ano. A quebra dos sigilos de Ernesto Araújo, por sua vez, busca apurar "uma lamentável negligência do ex-chanceler para conseguir vacinas e insumos para o Brasil". "A transferência dos dados permitirá avaliar os esforços que foram ou não enviados, a autonomia ou não de sua atuação, a existência ou não de planejamento", argumenta Alessandro Vieira.

A cearense Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e Educação do Ministério da Saúde, também será investigada. Em mensagem enviada à Prefeitura de Manaus no ápice da pandemia,

**Silveira.** O STF determinou que o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) pague uma fiança de R\$ 100 mil após o parlamentar violar por diversas vezes o monitoramento por tornozeleira eletrônica. Ele está em prisão domiciliar após fazer ataques e ameaças contra ministros do Supremo.



FOTO LEOPOLDO SILVA / AGENCIA SENADO

O ex-ministro Eduardo Pazuello é apontado como "personagem essencial" na investigação

ela avaliou que seria "inadmissível" a não utilização de medicamentos como cloroquina e ivermectina, para tratar precocemente a doença, o que levou os senadores a aprovarem o requerimento.

Os integrantes da CPI também quebraram os sigilos do assessor internacional da Presidência da República, Filipe Martins. Segundo Alessandro Vieira, "há suspeitas fundadas" de que Martins integrava o "fami-gerado gabinete do ódio". De acordo com o parlamentar, a "máquina de mentiras e difamação" do Palácio do Planalto pretende "destruir a reputação de qualquer pessoa que defenda a aquisição de vacinas ou combata o chamado 'tratamento precoce'".

Um requerimento do senador Humberto Costa (PT-PE) prevê a transferência de dados do auditor afastado do Tribunal de Contas da União (TCU), Alexandre Figueiredo Costa e Silva. O servidor introduziu, de forma não autorizada, no sistema do TCU

um documento que coloca em dúvida o número de óbitos por covid-19 no Brasil. A informação foi desmentida pelo TCU, mas, antes, foi citada pelo presidente Jair Bolsonaro para minimizar o impacto do coronavírus.

### Gabinete

Outros dois alvos da quebra de sigilo são Carlos Wizard e Paolo Zanotto, apontados como integrantes do "gabinete paralelo". Alessandro Vieira argumenta que Wizard era "mais do que um mero conselheiro" do ex-ministro Eduardo Pazuello. Segundo o parlamentar, há "indícios de que (o empresário) tenha mobilizado recursos financeiros para fortalecer a aceitação das medidas que o presidente da República julgava adequadas, mesmo sem qualquer comprovação científica".

O autor do requerimento lembra ainda que, durante reunião com Jair Bolsonaro, o virologista Paolo Zanotto recomendou "tomar um extremo cuidado" com o uso de

vacinas. O virologista também admitiu ter enviado uma carta a Arthur Weintraub, ex-assessor do presidente da República. Na correspondência, ele sugere a formação de um shadow cabinet (gabinete das sombras) para orientar o Palácio do Planalto na pandemia.

A transferência de sigilo telefônico e telemático da médica Nise Yamaguchi estava na pauta, mas não chegou a ser votada. Ela também foi apontada como participante da reunião entre Paulo Zanotto e outros integrantes do suposto gabinete paralelo com Bolsonaro. Os senadores aprovaram ainda a quebra dos sigilos do tenente-médico da Marinha Luciano Dias Azevedo, que "foi o autor da minuta de decreto que teria como objetivo alterar a bula da cloroquina", segundo o senador Alessandro Vieira. O tema foi discutido durante reunião no Palácio do Planalto. (Com informações da Agência Senado)

MAIS CONTEÚDO ACESSAR  
www.estadoce.com.br

## CPI vai recorrer da decisão do STF que permitiu que Wilson Lima deixe de depor

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 no Senado vai recorrer da decisão da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber de tornar facultativo ao governador do Amazonas, Wilson Lima, o depoimento ao colegiado, inicialmente marcado para esta quinta-feira (10). Lima não compareceu.

A ministra acatou pedido de habeas corpus preventivo do gestor estadual para não comparecer diante dos senadores. Se fosse ao Senado, o governador teria direito a permanecer em silêncio, já que foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República, e não deve fazer prova contra si. Ele é investigado a partir da Operação Sangria, da Polícia Federal (PF), que apura roubo de dinheiro no combate à pandemia por meio de suposta organização criminosa no estado, envolvendo principalmente na compra de respiradores.

Após ler parte da decisão liminar – que esclarece o direito de não comparecer, exercido pelo depoente,

não resultou da sua condição de governador, mas da sua condição de investigado –, o presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), lamentou a ausência do gestor: "Respeitamos a decisão da ministra, mas iremos recorrer dessa decisão. Acreditamos que o governador do estado do Amazonas perde uma oportunidade ímpar de esclarecer ao Brasil e, principalmente, ao povo amazonense, o que aconteceu no estado do Amazonas".

Assim como o gestor do Amazonas, outros governadores convocados acionaram o STF. A relatora também é a ministra Rosa Weber, que ainda não se manifestou sobre os outros casos. Até o momento, estão agendados os depoimentos dos seguintes governadores: Helder Barbalho (PA), no próximo dia 29; Wellington Dias (PI), no dia 30; Ibaneis Rocha (DF) para 1º de julho; Mauro Carlesse (TO), para o dia 2; Carlos Moisés (SC), no dia 6; Antônio Garcia (RR), no dia 7; e Waldez Góes (AP), em 8 de julho. (Com informações da Agência Senado)

## Avança na Câmara Federal proposição que permite o ensino domiciliar no Brasil

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira (10), o projeto de lei (PL) de número 3.262/2019, de autoria das deputadas Chris Tonietto (PSL-RJ), Bia Kicis (PSL-DF) e Caroline de Toni (PSL-SC). A matéria, que segue para outras comissões, permite que pais eduquem seus filhos em casa (o chamado homeschooling). A reunião que resultou na aprovação da proposta foi marcada por embate e obstrução promovida pelos partidos de oposição.

A proposta modifica o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para deixar claro que a pena prevista para o crime de abandono intelectual, de detenção de quinze dias a um mês ou multa, a quem deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho em idade escolar, não se aplica a pais ou responsáveis que ofertarem a modalidade de educação domiciliar. O texto ainda depende de análise pelo Plenário.

A relatora da proposta, de-

putada Greicy Elias (Avante-MG), defendeu que a prática do homeschooling "não tem a ver com o abandono intelectual". "Pelo contrário, os genitores demonstram um comprometimento ainda maior com a educação dos filhos", argumentou. Ela também lembrou que uma proposta do Executivo (PL 2401/19, apensada ao PL 3179/12), regulamenta a educação domiciliar. Esse projeto deve ser avaliado por uma comissão especial, ainda a ser criada, sob relatoria da deputada Luísa Canziani (PTB-PR).

Inicialmente, o texto aprovado pela CCJ também tramitava em conjunto à regulamentação da modalidade de ensino, mas depois de requerimento da presidente da comissão, deputada Bia Kicis, uma das autoras do projeto que descriminaliza o homeschooling, ele foi desanexado e portanto enviado diretamente para a CCJ. Deputados da oposição consideraram o fato "uma manobra" da presidente para acelerar a aprovação do texto. (Com informações da Agência Câmara)